

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018, que *dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014*; sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências*; sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2014, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem (CPIDAESP), que *dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros*; e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, que *estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais*.

Relator: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame desta Comissão os Projetos de Lei da Câmara (PLC) **nº 53, de 2018**, de autoria do Deputado Milton Monti; do Senado (PLS) **nº 330, de 2013**, do Senador Antonio Carlos Valadares; **nº 131, de 2014**, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem (CPIDAESP); e **nº 181, de 2014**, do Senador Vital do Rêgo, os quais tramitam em conjunto por



SF/18401.22893-04

determinação da Presidência desta Casa, nos termos do art. 48, § 1º, do Regimento Interno.

O PLS 330, de 2013, e seus apensados iniciais, tramitaram perante a Comissão de Ciência e Tecnologia – CCT e a Comissão de Meio Ambiente – CMA, e foram relatados pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, cujo relatório concluiu pela apresentação de uma Emenda Substitutiva, adotada em parecer unânime daquela Comissão e ratificada posteriormente pela CMA.

Fora aprovado Requerimento de Urgência ao PLS 330, de 2013, em Plenário, subscrito por Líderes partidários, porém, referida matéria não chegou a ser apreciada por esta Casa, tendo em vista a aprovação, pela Câmara, no dia 29 de maio de 2018, e o respectivo encaminhamento ao Senado Federal da proposição que ora capitaneia o conjunto de matérias apensadas, numerada, nesta Casa, como PLC nº 53, de 2018.

Em 05 de junho último, a Câmara dos Deputados encaminhou ainda o Ofício nº 603, de 2018, que comunica inexatidão no texto do autógrafo, com relação à redação do § 3º, do art. 58, do texto da respectiva proposição.

Além da realização de duas audiências públicas em Comissões com o objetivo de instruir o PLS nº 330, de 2013, o assunto foi, também, por iniciativa desta Relatoria, discutido em Sessão de Debates Temáticos, no Plenário desta Casa, ocorrida no dia 17 de abril de 2018, com a presença de especialistas, representantes da sociedade civil e do governo federal.

Após tramitar por este colegiado, a matéria seguirá para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

II.1 Aspectos formais

Nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre “aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida”



(inciso I) e também sobre “proposições pertinentes aos problemas econômicos do país” (inciso III).

No que diz respeito aos aspectos formais das propostas, não vislumbramos vício de qualquer natureza.

Ademais, a proposta tem o atributo da generalidade, possui potencial de coercitividade e inova o ordenamento jurídico.

II.2 Mérito:

No mérito, já pudemos discorrer acerca da oportunidade e da urgência de aprovação do presente marco legal de proteção de dados. Não se trata de uma opção legislativa, mas uma necessidade inafastável. Reconhecemos, pois, a importância ímpar da proposição.

A despeito do contexto de crise econômica, é seguro afirmar que o País tem perdido oportunidades valiosas de investimento financeiro internacional em razão do isolamento jurídico em que se encontra por não dispor de uma lei geral e nacional de proteção de dados pessoais (LGPD).

O dado pessoal é hoje insumo principal da atividade econômica em todos os setores possíveis da sociedade. É, ainda, como já afirmamos, elemento fundamental até mesmo para a concretização de políticas públicas, dado o elevado grau de informatização e sistematização do Estado brasileiro, em todos os níveis federativos.

Mais que isso: o dado pessoal é um ingrediente indissociável da privacidade do cidadão e sua preservação guarda conformidade com o efetivo respeito a garantias fundamentais do indivíduo, tal como prescritas na Constituição federal.

Por isso, as principais democracias no mundo já compreenderam a importância da construção de um sistema jurídico de proteção da privacidade, baseado principalmente no consentimento do cidadão quanto ao tratamento de seus dados pessoais.



Esse é, aliás, o ponto de partida para a implementação de uma estratégia social que coloca o indivíduo no controle efetivo dos seus dados pessoais perante terceiros, resultando em maior qualidade sobre os próprios dados e, assim, maior eficiência sobre as decisões neles baseadas.

Um regime de proteção de dados, portanto, quando eficaz e plenamente vigente, impulsiona o surgimento de ecossistema de dados, no qual todos os setores da sociedade, inclusive o cidadão, são diretamente beneficiados.

E esse é um desafio ainda maior no Brasil, na medida em que nossa sociedade está pouco habituada à cultura de valorização de dados pessoais e da privacidade e não há uma definição clara de direitos, obrigações e responsabilidades.

Mas esse cenário tem mudado, à medida que surgem notícias relevantes sobre casos de vazamento ou uso indevido de dados pessoais na imprensa nacional ou internacional.

Podemos citar, por exemplo, o caso recente de uso indevido de dados pessoais coletados a partir de uma grande rede social norte-americana por pesquisadores e por uma empresa de consultoria estratégica em mídias sociais do Reino Unido, que utilizava recursos avançados de mineração e análise estratégica de dados.

O caso reverberou no mundo todo e trouxe à tona a necessidade de regulações com maior grau de proteção sobre o tratamento de dados pessoais de cidadãos, sobretudo em razão da finalidade desse processamento de dados: manipulação eleitoral e política.

Outro caso recente, sob investigação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, está relacionado a uma suposta acusação de comercialização de dados pessoais por uma empresa pública federal de processamento de dados. A Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, inclusive, convocou audiência pública para esclarecer a questão, mas o sentimento geral dos participantes ouvidos foi no sentido de uma fragilidade normativa que serve de base legal para a prestação desse serviço público.



Fato é que o Brasil não dispõe de uma norma geral e nacional de proteção de dados pessoais, havendo leis setoriais que disciplinam a questão parcialmente, como é o caso do Código de Defesa do Consumidor, da Lei do Habeas Data, Lei do Cadastro Positivo, Lei de Acesso à Informação e o Marco Civil da Internet, para citar os principais diplomas.

Tais normas, além de limitadas ao seu respectivo escopo de aplicabilidade, não regem a questão sob a ótica dos mais modernos regimes internacionais de proteção de dados. A título de ilustração, o Conselho da Europa já disciplina juridicamente o tratamento de dados pessoais desde 1973, através da Resolução nº 22 e, no ano seguinte, da Resolução nº 29, ambas versando sobre princípios para proteção de informações pessoais em bancos de dados automatizados, tanto no setor público, como privado.

Essas Resoluções deram margem à consolidação da Convenção para a Proteção de Indivíduos com Relação ao Processamento Automático de Dados Pessoais – Convenção nº 108, do Conselho da Europa, de 1981 – considerado o primeiro instrumento internacional disciplinando especificamente o assunto com força legal, aberta inclusive a países não membros da Comunidade Europeia. Alguns anos mais tarde, em 1995, foi editada a Diretiva nº 46, recentemente sucedida pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGDP), que entrou em vigor no último dia 25 de maio.

No total, cerca de 125 países no mundo já adotaram normas específicas de proteção e dados, o que revela a grande adesão global à questão, dos quais 6, na América do Sul: Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Colômbia.

Passa da hora, portanto, de o Brasil aderir a esse seleto grupo. A cada ano de omissão deste Congresso Nacional, vultosas somas de investimento internacional são excluídas da rota brasileira, em razão da inadequação em que nosso ordenamento jurídico se encontra com relação aos Países desenvolvidos que já adotaram leis protetivas.

II.3 Consequências práticas da proteção de dados para o cidadão:

Um observador menos atento poderia levantar o seguinte questionamento: por que tanta importância atribuída à necessidade de um marco



regulatório de proteção de dados? A resposta, porém, é simples: o dado pessoal é, hoje, o principal insumo da economia globalizada e baseada em tecnologia.

Cada vez mais, dados são processados e valorados economicamente. Afinal, vivemos a era da economia dirigida por dados.

O nível de avanço tecnológico a que a humanidade chegou permite o processamento massivo de dados, baseado em tecnologia digital avançada. E esse processamento já ocorre com base em inteligência artificial e algoritmos complexos, capazes de, por um lado, facilitar o processo produtivo de tomada de decisões empresariais, e, por outro lado, afetar a vida do cidadão.

Podemos não ter consciência disso, mas tudo o que fazemos é coletado e armazenado em bases de dados cada vez maiores: ao acordarmos, usamos o celular ou tablet para as atividades cotidianas, como verificar mensagens, ler notícias na internet, conferir o clima e checar o nível de trânsito até o local de trabalho ou a escola dos filhos.

Ao sair de casa, as torres de telefonia celular registram nosso itinerário. Aplicativos baseados em geolocalização monitoram nossos trajetos e traçam rotas do dia a dia. Programas instalados em nossos carros, telefones ou computadores registram nossos hábitos, gostos e preferências.

Há aplicativos que monitoram com quem falamos por ligações telefônicas, videochamada ou mensagens de texto registrando data, hora e duração da chamada. Às vezes, até o conteúdo.

Tudo é mensurável em dados, que podem revelar quem somos.

Para o cidadão comum, porém, falar em privacidade e proteção de dados pessoais pode ressoar, de forma bastante simplificada, em mera exposição em redes sociais ou na internet, de modo geral.

Porém, a questão vai muito além dessa vertente.

A proteção de dados pessoais diz respeito, na verdade, à forma como empresas e governos podem nos oferecer bens e serviços com base no processamento de nossos dados pessoais que lhes informem, por exemplo, não somente nossa identidade, mas ainda nossos hábitos pessoais, nosso consumo sobre produtos e serviços, nosso comportamento, opinião política ou filosófica, orientação sexual, preferências gastronômicas, artísticas ou culturais etc.



Um exemplo de como essas informações podem impactar decisões empresariais na relação comercial com consumidores é a oferta de passagens aéreas com base na localização geográfica do cidadão, prática conhecida como *geopricing* (precificação geográfica).

Uma grande empresa argentina que oferece serviços na área de turismo e que atua no território internacional foi multada, recentemente, em R\$ 7,5 milhões, pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, que apurou a prática abusiva, pela companhia, de fazer diferenciação de preço de acomodações e recusa de oferta de vagas, mesmo quando elas existiam, de acordo com a localização geográfica do consumidor.

Trata-se de um caso em que os dados pessoais tratados acabaram por prejudicar o seu titular. O que dizer, então, dos casos de vazamento ou acesso indevido a bancos de dados mantidos por empresas?

Pouco importa o nível de segurança da senha de acesso ao perfil de rede social, à conta do email ou ao aplicativo móvel se, uma vez armazenados por essas empresas, elas sofrerem ataques cibernéticos que transfiram uma cópia desses dados às mãos de cibercriminosos, não somente expondo a privacidade de indivíduos, mas podendo colocar em risco sua situação pessoal.

Em meados de 2015, um dos maiores sites de relacionamentos extraconjugais do mundo teve seu banco de dados invadido e copiado por um grupo de cibercriminosos, que ameaçaram divulgar os dados pessoais dos usuários se o site não fosse desativado. Apenas para se ter uma ideia dos riscos pessoais a que se submeteram os usuários dessa rede social, uma agência francesa de notícias reportou que cerca de 1.200 emails pertencentes a árabes-sauditas estariam entre os dados pessoais expostos, sendo que, na Arábia Saudita, o adultério pode ser punido com a morte¹. Isso sem mencionar os possíveis riscos de chantagem, extorsão ou ameaças decorrentes da informação sobre um suposto adultério praticado por usuários do site.

Ora, a proteção da privacidade não está somente no uso, mas, ainda, na segurança de dados pessoais. Situações que uma lei geral de proteção de dados pessoais deve prever e disciplinar.

Há, porém, bons exemplos do uso massivo de dados para beneficiar o cidadão.

¹ <http://www.france24.com/en/20150820-global-fall-out-ashley-madison-hack>

Administradoras de cartão de crédito, por exemplo, podem firmar acordos com operadoras de telefonia celular para, no instante em que a rede de telecomunicações detectar que o cidadão viajou para determinado país, autorizar automaticamente o uso do respectivo cartão de crédito naquele território estrangeiro.

Quantos transtornos não seriam evitados, especialmente para aquela família cujo responsável, involuntariamente, deixa de solicitar ao seu gerente a autorização para compra internacional em seu cartão?

A mesma aplicabilidade serve à prevenção a fraudes: com base em nossos dados pessoais, instituições financeiras conseguem detectar compras realizadas de maneira suspeita, como, por exemplo, em cidades que nunca visitamos. Assim, bloqueia-se a compra e contata-se o titular do cartão para uma verificação de rotina.

Há, portanto, aspectos positivos e negativos a serem enfrentados e disciplinados.

II.4. Reflexos positivos a empresas e governos:

Não resta dúvida da importância do processamento massivo de dados, inclusive pessoais, para qualquer empresa ou governo atualmente, sobretudo em razão da crescente automatização de suas atividades e processos.

E, para auxiliar na tomada de decisões e na solução de problemas complexos, próprios da atividade econômica, são necessários sistemas de análise de dados capazes de realizar estimativas e recomendações simples e objetivas, o que amplia a eficiência de empresas e governos, proporcionando inovação, maior qualidade de vida e produtos e serviços mais seguros e confiáveis.

O progresso tecnológico também aquece a economia, ampliando postos de trabalho, permitindo maior e melhor qualificação de trabalhadores e transformando negócios e a própria sociedade.

Ao longo desta relatoria, ouvimos diversas empresas, associações e representantes da sociedade civil, que trouxeram contribuições impressionantes sobre como a utilização responsável de dados pessoais pode expandir negócios e impulsionar a economia.



Para ilustrar esses relatos, podemos citar um exemplo de um laboratório farmacêutico brasileiro.

O acesso a medicamentos é uma das maiores preocupações, tanto para o Governo, como para as empresas do setor. Somente no Brasil, temos 72 mil farmácias e menos de 17% desse total pertencem a redes: vale dizer, 83% desse quantitativo é formado por pontos de venda independente.

Como todos sabem, a Receita Federal disponibiliza, em seu site na internet, um portal de consultas de dados cadastrais de pessoas jurídicas, que são de acesso público, para maior segurança do cidadão. Com base nessas informações, foi possível identificar cerca de 30 mil farmácias e drogarias em regiões afastadas, distribuídas em mais de 21 mil cidades que não eram atendidas pela rede de distribuição de medicamentos. A partir dessa análise, esse laboratório passou a abastecer farmácias e drogarias estabelecidas nesses municípios levando medicamentos importantes para a população.

Por outro lado, o Estado também pode se beneficiar do tratamento de dados pessoais.

Entes públicos possuem valores bastante significativos em créditos a serem recebidos por contribuintes inadimplentes. Uma das maiores dificuldades, nesse sentido, para as Procuradorias fazendárias, é justamente cobrar esses valores, principalmente em razão da dificuldade de localizar bens.

Com base no cruzamento de diversas fontes de dados públicos, uma determinada Procuradoria municipal conseguiu obter o endereço único e atualizado de diversos devedores que constavam de lista de créditos já cobrados e não pagos. Com isso, as cobranças se tornaram mais eficientes e houve um retorno imediato de recursos financeiros para o Poder Público.

E não somente isso: acessando dados disponibilizados publicamente pela Receita Federal, foi possível comprovar fraudes dos devedores, como a transferência de ativos para empresas do mesmo grupo econômico.

Esses casos são apenas alguns dentre incontáveis outros, em que o tratamento de dados pessoais contribui para um ambiente econômico mais seguro e eficiente, seja para o setor público, seja para o privado.

II.5 Estrutura normativa do PLC nº 53, de 2018:



O PLC nº 53, de 2018, possui 65 artigos, distribuídos em 10 Capítulos.

O texto, tal como nossa proposta de Substitutivo ao PLS nº 330, de 2018, foi inspirado fortemente em linhas específicas da regulação europeia, por reconhecimento expressivo de sua relevância para o mundo.

A RGPD entrou em vigor no dia 25 de maio do corrente ano e tem provocado mudanças substanciais em todo o globo, em razão de sua característica de extraterritorialidade. Adotar, portanto, essa influência normativa constitui um ganho expressivo para o País, quando da construção de nosso próprio marco regulatório.

A esse respeito, inclusive, transcrevemos trecho da Nota Técnica que nos foi direcionada, de autoria do Ministério Público Federal:

“(...) não se deve menoscar que para um país em desenvolvimento adotar nas suas linhas gerais um modelo bem sucedido de uma nação desenvolvida **significa buscar replicar uma experiência institucional que é desejada para a sua sociedade.** Além do menor custo de não criar uma nova estrutura a partir do nada, se espelhar em profícuas legislações alheias permite acreditar no que se implementou independentemente de eventuais desconfortos iniciais, e garante interlocutores externos que possam dialogar sobre possíveis ajustes necessários a cada realidade.” (Nota Técnica SCI/PGR 06/2016)

Estamos convictos, portanto, dessa cooperação internacional, quanto ao intercâmbio de experiências e conhecimento, respeitadas as características do Estado e da sociedade brasileira, que devem, a seu modo, reclamar uma norma própria, nem tanto dissociada dos padrões internacionais já exaustivamente testados pela comunidade global, nem tanto heterogênea ou singular, ao ponto de reclamar um isolamento absoluto do Brasil no cenário internacional de proteção à privacidade.

Nesse sentido, temos de frisar que o PLC nº 53, de 2018, é bastante similar ao nosso Substitutivo apresentado perante esta Comissão, ao PLS nº 330, de 2013. Há enorme convergência de disposições, o que foi fruto, inclusive, de diálogo permanente entre esta relatoria e o nobre Deputado Orlando Silva, relator da Comissão Especial instaurada na Câmara dos Deputados para apreciação da presente matéria.



Poucos são os pontos de distinção normativa, e menos ainda os pontos de divergência regulatória, tal a proximidade entre os textos.

Entendemos que alguns pontos de nosso Substitutivo ao PLS nº 330, de 2013, poderiam ser incorporados ao PLC nº 53, de 2018, como a técnica da pseudonimização, a exceção expressa de aplicabilidade material da LGPD aos dados anonimizados ou até mesmo a nossa proposta de *vacatio legis*, um tanto quanto menor que a prevista no PLC.

Porém, após a realização da audiência pública de instrução desta matéria, perante esta CAE, no último dia 26 de junho, ficou clara, pela manifestação quase hegemônica entre os presentes, que há um contexto político que não abre margem para aprimoramentos de mérito, com risco de retorno à Câmara dos Deputados e de postergação definitiva desta matéria, em face do ano eleitoral.

Diante disso, entendemos que o PLC nº 53, de 2018, tem plenas condições de ser convertido em lei, tal como se encontra, salvo por pequenas adequações, que passamos a propor, sob forma de emendas de redação:

1) Substituição, em todo o texto do PLC, dos termos “responsável” ou “responsáveis” por “controlador” ou “controladores”, com poucas exceções.

Trata-se, aqui, de evidente emenda redacional, na medida em que se busca harmonizar o texto ao próprio conceito de controlador de dados, no PLC tratado como responsável pelo tratamento de dados.

A disciplina normativa afeta ao controlador de dados é exatamente a mesma assegurada ao responsável pelo tratamento de dados, que se antagoniza com o operador de dados. São os únicos agentes de tratamento que reclamam regulação específica de suas atividades, não importando, pois, a emenda, em modificação de mérito.

2) Substituição, em todo o texto do PLC, dos termos “órgão competente” por “autoridade nacional”.

Como o próprio projeto prevê a criação de uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, assim expressamente nominada, não há sentido em se manter referências a “órgão competente”, quando está claro, no texto, que órgão da Administração Pública deve exercer as atribuições então previstas.

3) Flexão de substantivos para o singular.

Uma modificação de técnica legislativa que busca simplificar e precisar a redação legislativa, nos termos do art. 11, da Lei Complementar nº 95, de 1998.

4) Substituição em todo o PLC da expressão “organização internacional” por “organismos internacionais”

Adequação à melhor técnica redacional sobre o tópico.

5) Alteração no art. 3º, inciso I, e inserção de novo § 2º.

O texto proposto dá ensejo a uma exceção peculiar no regime de aplicabilidade territorial da LGPD, que pode repercutir inclusive em um possível paradoxo regulatório, que impede, até mesmo, o exercício do poder de polícia da autoridade nacional sobre as atividades aí disciplinadas.

Dessa maneira, propomos uma reorganização estrutural na articulação normativa do dispositivo, de maneira a tentar conferir-lhe maior clareza, sem, contudo, alterar-lhe o sentido.

6) Alterações no art. 4º.

O art. 4º sofre duas alterações específicas de cunho redacional.

A primeira delas, com relação ao inciso I, que estabelece uma exceção de aplicabilidade da LGPD às atividades pessoais, busca conferir maior clareza ao sentido proposto, na medida em que qualquer atividade realizada por pessoa natural é, evidentemente, uma atividade pessoal.



A adjetivação pura e simples de uma atividade de tratamento como pessoal não tem força semântica suficiente para se criar a exceção à norma parametrizada pelos diplomas internacionais, como o RGPD, ou mesmo o texto original do projeto que deu origem ao PLC nº 53, de 2018.

Esses paradigmas dão a entender que o que se deseja excepcionar é a atividade exclusivamente particular e sem fim econômico realizada por pessoa natural, daí a nossa proposta de alteração. Assim, no mesmo sentido, o parecer da Comissão Especial, na Câmara dos Deputados, quando da apreciação do projeto que deu origem ao presente PLC.

No mais, o inciso III, do mesmo artigo, é reorganizado, de maneira a tornar ainda mais claro o rol de elementos previstos para cada disposição prevista, os quais podem – e devem – ser itemizados sempre que essa articulação normativa tornar mais clara a redação da lei.

7) Modificação no art. 5º, inciso II.

A emenda proposta apenas confere harmonia a uma expressão normativa que é recorrentemente utilizada como “dado pessoal sensível”, e não “dado sensível”.

8) Modificação no art. 5º, inciso III.

Essa alteração objetiva substituir a expressão “dados anonimizados: dados pessoais relativos...” por “dado anonimizado: dado relativo...”.

Além da já mencionada flexão dos nomes para o singular, denotando maior precisão e simplificação da redação, busca-se aqui sanar uma incongruência semântica, na medida em que o próprio conceito de dado anonimizado não pode comportar a concepção de dado pessoal.

Isso significa dizer que, na prática, o dado anonimizado somente será considerado dado pessoal conforme venha a preencher as condições e circunstâncias previstas no dispositivo.

9) Modificação no art. 5º, inciso IV.

Nesse dispositivo, promove-se uma substituição do termo “localizado” por “estabelecido”, a fim de sanar uma redundância evidente (“localizados... em vários locais”).

10) Modificação no art. 5º, inciso XIII.

A alteração proposta tem por objetivo deixar claro que a definição do que seja “bloqueio” de tratamento de dados pessoais está associada ao conceito de suspensão temporária da atividade, e não de guarda do dado pessoal.

11) Alteração no art. 7º, inciso VI, e no art. 11, inciso II.

A Lei nº 9.307, de 1996, diz respeito tão somente à arbitragem, daí sendo necessário deixar claro que somente o processo arbitral constitui base para a regulação proposta, em razão da remissão legislativa expressa.

12) Alteração no art. 7º, inciso X.

A melhor técnica legislativa recomenda a remissão expressa de lei quando indispensável à disciplina do alcance da norma ou para afastar obscuridades redacionais. Do contrário, assim não sendo, a redação atrai insegurança jurídica, tornando dificultosa a aplicação da lei.

No caso presente, a proteção de crédito, como base para o tratamento de dados, tem um arcabouço legislativo que vai além do disposto no CDC, como, por exemplo, a própria Lei do Cadastro Positivo.

Essa, aliás, a *mens legis* por trás da modificação proposta pelo relator da proposta na Câmara dos Deputados: essa nova hipótese de tratamento de dados incorporada pela Casa iniciadora teve, como fundamento nuclear, as seguintes razões:

“Cotejando os Projetos de Lei em análise propomos dez hipóteses para o tratamento de dados pessoais, sendo, a principal delas, mediante a obtenção de consentimento livre, informado e inequívoco. Prevemos o tratamento no cumprimento de obrigação legal, regulatória, contratual, estudos, processos



judiciais, entre outros. **Ademais, julgamos pertinente incluir (inciso X) recepção expressa à possibilidade de abertura de cadastro de consumidores para proteção do crédito**, tal como consagrada no art. 43 do Código de Defesa do Consumidor.”

Evidentemente, a remissão expressa ao dispositivo da lei consumerista revelou-se inadequada e indevida, na medida em que, como já dissemos, as hipóteses de abertura de cadastro de consumidores estão disciplinadas por fontes outras do Direito, que não apenas o citado artigo.

Dá ser mais adequada a remissão à lei pertinente.

Essa é, inclusive, a leitura que mais compatibiliza referida disposição com outras previstas na lei, quanto ao sistema de crédito, vis à vis o disposto no art. 20, da LGPD, que versa sobre o direito de revisão por pessoa natural de decisões tomadas exclusivamente com base em tratamento automatizado. No rol ilustrativo, consta a decisão quanto ao crédito, o que abrange, claramente, os sistemas de crédito baseados em cadastros negativos e positivos.

13) Alterações no art. 10.

O art. 10 é objeto de duas alterações redacionais específicas. A primeira delas, no caput, apenas torna ainda mais claro que o rol de situações concretas que autorizam o tratamento de dados baseado no legítimo interesse não é taxativo, mas exemplificativo. Já as modificações nos incisos I e II são consequência da alteração retro.

14) Alterações no art. 11.

A modificação proposta no caput visa inverter a lógica narrativa, para conferir maior clareza ao dispositivo. A mudança no inciso I tem a mesma finalidade retromencionada. Já a supressão do termo “uso”, no inciso II, alínea b, do mesmo artigo, afasta uma atecnia evidente, na medida em que o conceito de tratamento de dados já abrange o uso, como espécie.

15) Alterações no art. 12.



A modificação proposta no caput visa inverter a lógica narrativa, para conferir maior clareza ao dispositivo, sobretudo diante de uma omissão flagrante no texto do PLC, quanto à previsão de cláusula expressa de não aplicabilidade da lei aos dados anonimizados, o que conferiria maior segurança jurídica nesse tipo de tratamento, tal como fizemos no texto do PLS nº 330, de 2013, e como consta da RGPD.

16) Alteração no art. 13, caput.

Em um dos dois únicos trechos que versam, fragilmente, sobre esse importante instituto que é a pseudonimização, houve grafia equivocada, ora corrigida.

17) Alteração no art. 15, inc. IV.

A expressão legislação em vigor é absolutamente inadequada, pois redundante. Norma alguma trata de legislação que não a vigente. Daí a modificação redacional.

18) Alterações no art. 18.

O objetivo das modificações propostas no § 1º, e da inserção de um novo § 8º, são apenas a de dissociar o exercício do direito de petição perante órgão de defesa do consumidor em situações que não são necessariamente coincidentes.

Ora, a LGPD vai muito além de tratar de relações de consumo, alcança qualquer relação jurídica em haja o tratamento de dados pessoais. Daí não ser razoável se permitir, por exemplo, que, numa relação em que o CDC não aplica, o titular dos dados pudesse peticionar contra o controlador dos dados perante o órgão de proteção do consumidor.

19) Alteração no art. 22.

Como já defendido antes, a remissão legislativa expressa somente deve ocorrer em casos em que seja imprescindível para a disciplina normativa desejada ou para clarear a redação, o que não é o caso.



20) Alterações no art. 23.

As modificações propostas nos §§ 4º e 5º visam adequar a nomenclatura própria dos serviços cartorais, tal como, inclusive, previsto na Constituição federal (art. 236).

21) Modificação ao art. 42, § 3º, e ao art. 45.

Novamente, adota-se a melhor técnica legislativa quanto à remissão normativa desnecessária.

22) Modificação ao art. 52.

Na previsão da sanção de multa, fundiram-se, no mesmo dispositivo, equivocadamente, a multa simples e a multa diária. Trata-se de evidente equívoco redacional, na medida em que não se pode admitir multas diárias aplicáveis ao mesmo patamar de valor das multas simples, por absoluta afronta aos princípios constitucionais de razoabilidade e proporcionalidade e de enriquecimento sem causa da Administração Pública.

Essas são as modificações redacionais que propomos.

Ao total, apresentamos 45 emendas de redação, com o objetivo de não afetar o mérito da proposição, mas adequá-la à melhor técnica legislativa.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018, com a apresentação das emendas de redação a seguir; e pela **rejeição** das demais proposições apensadas:

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, do inciso I do art. 3º do PLC nº 53, de 2018, a expressão “salvo o tratamento previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei”, adequando-se a pontuação do dispositivo remanescente.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Acrescente-se o seguinte § 2º, ao art. 3º do PLC nº 53, de 2018, renumerando-se os demais:

“Art. 3º.....

.....

§ 1º.....

§ 2º Excetua-se, do disposto no inciso I, deste artigo, o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso I do art. 4º do PLC nº 53, de 2018, o termo “pessoais” pela expressão “particulares e não econômicos”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso III do art. 4º do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....

III – realizado para fins exclusivos de:

- a) segurança pública;
- b) defesa nacional;
- c) segurança do Estado; ou
- d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou”



SF/18401.22893-04

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no PLC nº 53, de 2018, a expressão “órgão competente” por “autoridade nacional”, adequando-se o respectivo dispositivo alterado quanto à sintaxe de concordância.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso II do art. 5º do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 5º.....

.....

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre a origem racial ou étnica, a convicção religiosa, a opinião política, a filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso III do art. 5º do PLC nº 53, de 2018, a expressão “dados anonimizados: dados pessoais relativos” por “dado anonimizado: dado relativo”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso IV do art. 5º do PLC nº 53, de 2018, o termo “localizado” por “estabelecido”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)



Substitua-se, no PLC nº 53, de 2018, o termo “responsável” por “controlador”, salvo no inciso XIX, do art. 5º; no § 2º, do art. 13; no art. 14; e no inciso II, § 2º, do art. 50.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso XIII do art. 5º do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

XIII– bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no PLC nº 53, de 2018, a expressão “organização internacional” por “organismo internacional”, adequando-se o respectivo dispositivo alterado quanto à sintaxe de concordância.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso VI do art. 7º do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

VI – para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;



.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso X, do art. 7º, a seguinte redação:

“Art. 7º.....

.....

X – para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no § 5º do art. 7º do PLC nº 53, de 2018, o termo “responsáveis” por “controladores”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao *caput* do art. 10 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a:

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Deem-se aos incisos I e II do art. 10 do PLC nº 53, de 2018, as seguintes redações:

“Art. 10.....



SF/18401.22893-04

I – apoio e promoção de atividades do controlador;
e

II – proteção em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou a prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao título da Seção II, do Capítulo II, do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Seção II

Dos Dados Pessoais Sensíveis”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao *caput* do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso I do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 11.....”

I – quando o titular ou seu responsável legal consentir de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

A alínea a, do inc. II, do art. 11, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.....

.....

II -

a) cumprimento de obrigação legal e regulatória pelo controlador;

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, na alínea “b” do inciso II do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “e uso”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à alínea “d” do inciso II do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 11.....

.....

II -

.....

d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato, processo judicial, administrativo ou arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Deem-se aos §§ 3º e 4º do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, as seguintes redações:

“Art. 11.....

.....

§ 3º A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com o objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do poder público, no âmbito de suas competências.

§ 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com o objetivo de obter vantagem econômica, exceto nos casos de portabilidade de dados quando consentido pelo titular.

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao caput, do art. 12, a seguinte redação:



“Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais, para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no caput do art. 13 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “pseudomização” por “pseudonimização”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 14 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 14.....

.....

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

.....

§ 4º Os controladores não devem condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo a jogos, aplicações de internet ou outras atividades para o fornecimento de informações



peçoais além das estritamente necessárias à atividade.”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 14, § 5º, do PLC nº 53, de 2018, o termo “responsável” por “controlador”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no inciso IV do art. 15 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “da legislação em vigor” por “ao disposto nesta Lei”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no inciso II do art. 16 do PLC nº 53, de 2018, o termo “estudos” por “estudo”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, do § 1º do art. 18 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “e os organismos de defesa do consumidor”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Inclua-se, no art. 18 do PLC nº 53, de 2018, o seguinte § 8º:

“Art. 18.....

.....

§ 8º O direito a que se refere o § 1º, deste artigo, também pode ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 22 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:



SF/18401.22893-04

“Art. 22. A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

(Ao PLC nº 53, de 2018)

Dê-se ao § 4º do art. 23 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 23.....

.....

§ 4º Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de que trata o caput deste artigo, nos termos desta Lei.

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no § 5º do art. 23 do PLC nº 53, de 2018, o termo “serviços” por “órgãos”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, do inciso VI do art. 34 do PLC nº 53, de 2018, o termo “as”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no § 5º do art. 35 do PLC nº 53, de 2018, o termo “caput” por “§ 1º”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso II do § 1º do art. 42, do PLC nº 53, de 2018, o termo “responsáveis” por “controladores”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao § 3º do art. 42 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 42.....

.....

§ 3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do caput deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 45 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 45. As hipóteses de violação ao direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas na legislação pertinente.”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)



SF/18401.22893-04

Substitua-se, no § 1º do art. 46 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “dados sensíveis” por “dados pessoais sensíveis”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no caput do art. 50 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “responsáveis e” por “controladores e os”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 52 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 52.....

I – advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II – multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;

III – multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;

IV - publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.

V – bloqueio de dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;

VI – eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;



VII – suspensão parcial ou total de funcionamento de banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador;

VIII – suspensão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período;

IX – proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados; e

.....

§ 3º O disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, VIII e IX do caput deste artigo poderá ser aplicado às entidades e aos órgãos públicos, sem prejuízo do disposto nas Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 12.527, de 18 de novembro de 2011.

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê ao art. 55 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 55. Fica criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, integrante da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério da Justiça.

§ 1º A ANPD deverá ser regida nos termos previstos na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 2º A ANPD será composta pelo Conselho Diretor, como órgão máximo, e pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, além das unidades especializadas para a aplicação desta Lei.

§ 3º A natureza de autarquia especial conferida à ANPD é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

.....”

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no caput do art. 56 e no caput do art. 57, do PLC nº 53, de 2018, a expressão “Autoridade Nacional de Proteção de Dados” por “ANPD”.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, nos §§ 1º e 2º, do art. 56, do PLC nº 53, de 2018, a expressão “Autoridade” por “ANPD”.

Sala da Comissão, em de junho de 2018.

Senador Ricardo Ferraço
PSDB-ES